Atvos Bioenergia Eldorado S.A.

CNPJ nº 05.620.523/0001-54

Relatório dos administradores

Senhores acionistas: Atendendo determinações legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras em 31/03/2025 e 31/03/2024, acompanhadas das principais notas explicativas.

São Paulo, 30 de junho de 2025

Balanços patrimoniais em 31 de março 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5 (a)	86.553	231.786
Contas a receber de clientes	6	48.005	25.588
Estoques e adiantamentos a fornecedores	7	237.242	172.958
Ativo biológico	8	133.881	164.302
Tributos a recuperar	9	94.608	41.970
Partes relacionadas	10 (a)	5.706	5.666
Instrumentos financeiros derivativos	30	–	30.229
Outros créditos		8.382	7.059
Total do ativo circulante		614.377	679.558
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	5 (b)	40.811	10.565
Adiantamentos a fornecedores	7	54.293	59.989
Tributos a recuperar	9	10.963	25.791
Partes relacionadas	10 (a)	8	33.819
Depósitos judiciais	24 (c)	3.539	2.808
Outros créditos		825	1.621
		110.439	134.593
Investimentos	11	14.298	2.439
Imobilizado	12	1.272.950	1.030.118
Direito de uso	14 (a)	389.004	396.845
Intangível	13	337.826	356.151
Total do ativo não circulante		2.124.517	1.920.146
Total do ativo		2.738.894	2.599.704

	Nota	2025	2024 (Reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	15	94.377	81.656
Fornecedores - sujeitos ao PRJ¹	15	56	54
Empréstimos e financiamentos	16	1.492	1.853
Passivos de arrendamento	14 (b)	62.697	54.907
Instrumentos financeiros derivativos	30	–	16.124
Salários e encargos	17	15.220	17.057
Tributos a recolher	18 (a)	6.560	4.928
Adiantamentos de clientes	19	4.423	3.128
Partes relacionadas	10 (a)	2.691	6.111
Outros débitos		355	376
Total do passivo circulante		187.871	186.194
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	561	1.987
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹	16	1.233.223	186.806
Passivos de arrendamento	14 (b)	373.167	375.333
Tributos a recolher	18 (a)	5.269	3.698
Provisão para contingências	24 (a)	5.182	3.847
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	22 (a)	150.040	136.868
Total do passivo não circulante		1.767.442	708.539
Total do passivo		1.955.313	894.733
Patrimônio líquido	20		
Capital social		1.063.280	1.964.314
Ajuste de avaliação patrimonial		–	(2.640)
Prejuízos acumulados		(279.699)	(256.703)
Total do patrimônio líquido		783.581	1.704.971
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.738.894	2.599.704

¹ Plano de Recuperação Judicial encerrado em 15 de setembro de 2023.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	25	1.089.075	1.129.329
Custo dos produtos vendidos	26	(889.324)	(762.116)
Lucro bruto		**199.751**	**367.213**
Despesas com vendas	26	(413)	(530)
Despesas administrativas e gerais	26	(58.304)	(63.470)
Resultado de participações societárias	11	308	285
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	5.909	1.679
Lucro antes do resultado financeiro		**147.251**	**305.177**
Receitas financeiras	28	26.102	141.343
Despesas financeiras	28	(195.863)	(115.283)
Variações cambiais, líquidas	28	12.694	22.290
Resultado financeiro, líquido		**(157.067)**	**48.350**
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**(9.816)**	**353.527**
Imposto de renda e contribuição social correntes	22 (b)	–	(113)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22 (b)	(13.180)	(73.902)
(Prejuízo) lucro líquido do período		**(22.996)**	**279.512**
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação - em Reais	20 (e)	**(22.996,00)**	**279.512,00**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024 (Reapresentado)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(22.996)	279.512
Outros resultados abrangentes:			
Valores a serem posteriormente reconhecidos no resultado financeiro:			
Resultado com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*	30.1(e)	2.632	(2.631)
Tributos diferidos sobre *hedge* e outros		8	(9)
Resultado abrangente do exercício		(20.356)	276.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(22.996)	279.512
Ajustes para:			
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos)	26	465.888	342.241
Variação no valor justo de ativos biológicos	8 e 26	(57.123)	(94.497)
Valor justo de CBIOs		2.486	(667)
Resultado de participações societárias	11	(308)	(285)
Resultado de ativo imobilizado baixado	12	15.671	516
Resultado de direito de uso e passivos de arrendamento baixados, líquidos		–	(2)
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidas	16	173.722	36.996
Amortização (baixa) de custos de transação		–	12.871
Ajuste a valor presente sobre passivos de arrendamento	14 (b)	60.071	58.195
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		14.612	4.386
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquidas		2.178	(777)
Imposto de renda e contribuição social		13.180	74.128
Provisão para perdas de crédito esperadas líquida		287	8
Provisão para redução ao valor de realização líquida		(1.987)	(1.712)
Deságio pela amortização integral da dívida e efeito aditivo PRJ		–	(14.609)
Ajustes a valor justo Tranche A - aditivo PRJ, líquido	16	5.773	(108.152)
		671.454	**588.152**
Variações em:			
Contas a receber de clientes		(22.704)	(10.611)
Estoques e adiantamentos a fornecedores		(119.532)	(98.025)
Instrumentos financeiros derivativos		16.737	(16.736)
Tributos a recuperar		(37.810)	(9.178)
Depósitos judiciais		(731)	1.657
Outros créditos		(527)	6.419
Fornecedores		12.723	(10.769)
Salários e encargos		(1.837)	5.979
Tributos a recolher		3.203	1.867
Tributos parcelados		–	(10.892)
Provisão para contingências - liquidações		(843)	(5.772)
Adiantamento de clientes		1.295	(11.788)
Outros débitos		(21)	355
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		**521.407**	**430.658**
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16	(306)	(11.266)
Pagamento de juros sobre operações de arrendamento e parcerias agrícolas	14 (b)	(63.627)	(55.533)
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(113)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**457.474**	**363.746**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		(30.246)	1.396
Partes relacionadas		(4.852)	87.152
Investimento em outras sociedades	11	(11.551)	–
Aquisições do imobilizado	12	(312.869)	(161.853)
Aquisições do intangível	13	(1.760)	(772)
Novas plantações de ativos biológicos	12	(86.137)	(75.115)
Tratos culturais de ativo biológicos	8	(78.411)	(69.862)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de investimento		**(525.826)**	**(219.054)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de operações de arrendamento e parcerias agrícolas - principal	14 (b)	(60.538)	(55.193)
Amortização de empréstimo e financiamentos - principal	16	(1.731)	(5.217)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento		**(62.269)**	**(60.410)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(130.621)**	**84.282**
Caixa e equivalentes de caixa			
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(14.612)	(4.386)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		231.786	151.890
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		86.553	231.786
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		**(130.621)**	**84.282**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial: Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de abril de 2024		1.561.870	480	–	(536.695)	1.025.655
Aumento de capital	20(a)	402.444	–	–	–	402.444
Resultados abrangentes:						
Perda líquida com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting* e instrumentos derivativos (i)	30.1(e)	–	–	(2.640)	–	(2.640)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	279.512	279.512
Compensação do prejuízo com a reserva de lucros		–	(480)	–	480	–
Saldos em 31 de março de 2024 (Reapresentado)		1.964.314	–	(2.640)	(256.703)	1.704.971
Redução de capital	20(a)	(901.034)	–	–	–	(901.034)
Resultados abrangentes:						
Ganho líquido com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting* e instrumentos derivativos (i)	30.1(e)	–	–	2.640	–	2.640
Prejuízo do exercício		–	–	–	(22.996)	(22.996)
Saldos em 31 de março de 2025		1.063.280	–	–	(279.699)	783.581

(i) Efeito reflexo da adoção da prática de *hedge accounting* e efeitos de instrumentos derivativos contratados pela Companhia, conforme Notas 3.2(D) e 30.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: (a) A Atvos Bioenergia Eldorado S.A. (adiante referida como "UEL" ou "Companhia"), foi constituída em 22 de abril de 2003, possui sede no município de Rio Brilhante no estado do Mato Grosso do Sul, tendo como objeto social a importação e exportação de produtos de agricultura e pecuária em geral, especialmente cana-de-açúcar, açúcar, etanol e seus subprodutos, e a produção, fornecimento e distribuição de energia elétrica. A Companhia possui capacidade de moagem instalada de 4,8 milhões de toneladas de cana por ano, tendo sido processadas 3,7 milhões de toneladas de cana no exercício findo em 31 de março de 2025 (4 milhões de toneladas, em 31 de março de 2024). A controladora direta da Companhia é a Atvos Agroindustrial Participações S.A., a qual detêm 100% do capital social da Companhia, e tem como controlador final a Soneva Partners Participações Ltda. ("Soneva Partners"). A Companhia, sua controladora direta Atvos Agroindustrial Participações, e as demais empresas do grupo, Brenco, Alcídia, Pontal, Rio Claro, Santa Luzia e Conquista do Pontal apresentaram em conjunto, em 29 de maio de 2019, Pedido de Recuperação Judicial na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 ("LRF"), com a finalidade de reestruturar financeiramente suas dívidas, com vistas a preservar a continuidade das operações, buscar o equilíbrio financeiro e, principalmente, reforçar o compromisso do Grupo Atvos com seus integrantes, suas famílias, comunidades, parceiros, fornecedores e clientes com quem a Companhia e demais empresas do Grupo Atvos atuam conjuntamente. O Pedido foi autuado sob o nº 1050977-09.2019.8.26.0100 e distribuído ao Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, que deferiu o processamento da Recuperação Judicial conforme decisão publicada no dia 07 de junho de 2019, a qual tem efeito retroativo à data da distribuição do Pedido. O Grupo Atvos apresentou tempestivamente a versão final do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do processo, e, em Assembleia Geral de Credores ("AGC") realizada em 20 de maio de 2020 colocou para votação a possibilidade de consolidação substancial do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") de forma a apresentar apenas um Plano para todas as Recuperandas. Os credores aprovaram a consolidação substancial de sete Recuperandas, sendo apenas a recuperação judicial das Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal tratadas em Planos Individuais, substancialmente equivalentes ao PRJ Consolidado das outras sete empresas. No dia 17 de agosto de 2020, o juízo competente concedeu a recuperação judicial do Grupo Atvos, tendo sido aprovado um Plano de Recuperação Judicial Consolidado e Planos Individuais para as Recuperandas Santa Luzia e Conquista do Pontal. A referida decisão foi publicada em 20 de agosto de 2020. Em 15 de setembro de 2023, o juízo competente proferiu decisão decretando o encerramento da recuperação judicial do Grupo Atvos, bem como homologou os Aditamentos aos Planos de Recuperação Judicial das Recuperandas, os quais previram (i) uma nova estrutura de pagamentos da dívida, tanto para os credores quirografários não financeiros (fornecedores), quanto para os credores financeiros (bancos), alongando o prazo para pagamento da dívida remanescente até dezembro de 2042; (ii) os termos e condições para realização de novo investimento; e (iii) as regras de gestão do Grupo Atvos, após a troca de controle. Tal decisão foi publicada em 20 de setembro de 2023. Informações adicionais a respeito dos Planos de Recuperação Judicial foram divulgadas nas notas explicativas nº 15 e 16. (b) Retificação de erros: Durante o exercício de 2025, a administração da Companhia realizou a revisão do valor justo apurado no desreconhecimento da dívida e o novo reconhecimento de empréstimos decorrente das movimentações do plano de recuperação judicial, conforme nota explicativa 16, e identificou ajustes e reclassificações que afetam o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, demonstrações da mutação do patrimônio líquido e demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de março de 2024.Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras correspondentes a esse exercício corrente de acordo com o previsto no CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas contábeis e correção de erros. A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras individuais:

	Anteriormente apresentado 2024	Ajustes (não auditado)	Reapresentado (não auditado) 2024
Balanço Patrimonial			
Total de ativos	**2.599.704**	**–**	**2.599.704**
Empréstimos e financiamentos - sujeitos ao PRJ¹ (não circulante)	200.290	(13.484)	186.806
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	133.659	3.209	136.868
Outros	571.059	–	571.059
Total de passivos	**905.008**	**(10.275)**	**894.733**
Prejuízos acumulados	(266.978)	10.275	(256.703)
Outros	1.961.674	–	1.961.674
Total do patrimônio líquido	**1.694.696**	**10.275**	**1.704.971**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.599.704**	**–**	**2.599.704**
Demonstrações do resultado do exercício			
Receitas financeiras	127.476	13.867	141.343
Despesas financeiras	(114.900)	(383)	(115.283)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(70.693)	(3.209)	(73.902)
Outros	327.354	–	327.354
Lucro líquido	**269.237**	**10.275**	**279.512**
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Saldos em 1º de abril de 2023	1.025.655	–	1.025.655
Lucro líquido do exercício	269.237	10.275	279.512
Outros	399.804	–	399.804
Total do patrimônio líquido em 31 de março de 2024	**1.694.696**	**10.275**	**1.704.971**
Demonstrações do resultado abrangente			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	269.237	10.275	279.512
Outros	(2.640)	–	(2.640)
Resultado abrangente do exercício	**266.597**	**10.275**	**276.872**

Não há nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de março de 2024.

2. Base de preparação: Declaração de conformidade (Práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis adotadas pela Companhia, incluindo as mudanças, estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 27 de junho de 2025. ***2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação:*** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. ***2.2 Uso de estimativas e julgamentos:*** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***(i) Julgamentos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: 11- Investimentos em sociedades controladas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida. ***(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:*** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir: ***Valor justo dos ativos biológicos:*** O valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado nas Notas 3.2(K) e 8. ***Perda por impairment estimada do ágio e outros ativos:*** A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizado e intangível de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração. Para mais detalhes, vide Notas 3.2(L) e 13. ***Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:*** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudo de viabilidade técnica. ***Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:*** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. É utilizado a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, não negociados em mercados ativos. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando o derivativo for designado e qualificado como *hedge* para fins contábeis na data da operação. ***Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado e intangível:*** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. ***Provisão para contingências:*** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Para mais detalhes, vide Nota 24. ***Taxa incremental dos passivos de arrendamento a pagar:*** A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia. Para mais detalhes, vide Nota 14. ***(iii) Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC", incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • *Nível 1* - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; • *Nível 2* - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e • *Nível 3* - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 8 - Ativos biológicos; e • Nota explicativa 30 - Instrumentos financeiros. ***2.3 Mudança nas principais políticas contábeis:*** *Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26):* A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de abril de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a covenants dentro de 12 meses após o período de relatório. Em 31 de março de 2025, não foram observados efeitos sobre as demonstrações financeiras. **3.** ***Políticas contábeis: 3.1 Base de mensuração:*** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. Além disso, a sua preparação requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2. ***3.2 Políticas contábeis materiais:*** As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. ***a. Moeda estrangeira:*** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando relacionados aos instrumentos designados em operações de hedge de fluxo de caixa, quando são incluídos na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, quando não relacionados às operações de hedge de fluxo de caixa, são registrados na demonstração do resultado, dentro do resultado financeiro, nas rubricas, "Juros passivos", "Variação cambial passiva (ou ativa)" e "Variação monetária passiva (ou ativa)". Os rendimentos de caixa e equivalentes de caixa são registrados na demonstração do resultado, na conta de "Receitas financeiras", nas rubricas, "Rendimento com aplicações financeiras", conforme Nota 28. ***b. Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. ***c. Ativos financeiros: Classificação:*** A Companhia classifica e mensura seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio de resultados (VJR), conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A classificação deve levar em consideração o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratados. ***Reconhecimento e mensuração:*** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado, dentro de "Receitas e despesas financeiras" na rubrica "Ajuste a valor de mercado" (Nota 28). Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda *(impairment)*, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado, na conta de "Outras despesas operacionais, líquidas" como "Ganhos e perdas de títulos de investimento". Os juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado, na conta de "Receitas e despesas financeiras", na rubrica "Outras receitas (despesas) financeiras". A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado, a perda esperada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo projetado, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio líquido e reconhecida na demonstração do resultado. Para os instrumentos patrimoniais, as perdas por *impairment* reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas. ***Compensação de instrumentos financeiros:*** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Impairment de ativos financeiros:*** Para os ativos mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia no encerramento do balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado ou se há evidência objetiva de perdas futuras. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador do empréstimo, garantem ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e • Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. ***d. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:*** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado sendo, subsequentemente, remensurados. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Sendo este caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. Instrumentos financeiros não derivativos são dívidas captadas em moeda estrangeira, para financiamento, direto ou indireto, das exportações. Tais dívidas são classificadas como *hedge* de fluxo de caixa e são reconhecidas no passivo pelo custo amortizado com as variações periódicas referentes à valorização ou desvalorização do Real frente às moedas estrangeiras registradas no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A Companhia não adota a prática contábil de *hedge accounting,* uma vez que os instrumentos de *hedge* são contratados no contexto das operações consolidadas do Grupo Atvos e, dessa forma, não é praticável a utilização dessa política nas demonstrações individuais das controladas do Grupo Atvos. Assim como os derivativos classificados como *hedge*, o reconhecimento destas variações no resultado do exercício é registrado compensando a variação correspondente na sua receita de exportação. A Companhia pode designar os instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos como: • *Hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); ou • *Hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa). A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegid

surado com segurança. O valor contábil, identificado, de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, exceto quando ocorridos no período de entressafra, quando são classificados em Estoques, na conta "Custos a apropriar do período de entressafra", e apropriados ao custo de produção durante a safra seguinte, para as manutenções anuais. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. As taxas das vidas úteis estimada ponderadas do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxas médias anuais de depreciação	
	2025	2024
Equipamentos e instalações industriais	4,87	4,91
Edifícios e benfeitorias	4,22	4,44
Planta portadora	16,67	16,67
Máquinas e equipamentos agrícolas	10,56	9,77
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7,89	8,07
Terras	N/A	N/A
Móveis e utensílios	7,47	7,00
Veículos	9,06	7,41
Equipamentos de informática	10,81	8,89

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para a conta de prejuízos acumulados. Os custos dos juros sobre recursos tomados para financiar a construção de ativos ou determinados projetos, qualificáveis, são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo ou projeto para o uso pretendido, quando aplicável. *e. Ativos biológicos:* Os ativos biológicos compreendem os custos com tratos culturais da cana soca e a diferença entre o custo contábil da lavoura e o seu valor justo, sendo amortizados no compasso da colheita. As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 8. O valor justo dos ativos biológicos é determinado no reconhecimento dos ativos e na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo no início e final do exercício, sendo registrado como custo dos produtos vendidos. *f. Impairment de ativos não financeiros:* Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados periodicamente para a análise de uma possível reversão do *impairment*. *g. Contas a pagar aos fornecedores:* São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, considerando o curto prazo de vencimento, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. *h. Empréstimos e financiamentos:* Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos recursos são reconhecidas como custo da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou toda a dívida seja sacada. Nesse caso, a taxa é diferida até que a liquidação ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de liquidação de parte ou da totalidade da dívida, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez, e instrumentos financeiros de dívida, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. A remuneração sobre os empréstimos e financiamentos é reconhecida na demonstração do resultado como despesa financeira. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, inclusive nos casos de descumprimento contratual que impliquem no vencimento antecipado de todo o passivo, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses após a data do balanço. *i. Provisões:* As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo e, portanto, atualização do passivo, é reconhecido como despesa financeira. *j. Provisões para processos judiciais:* A Companhia reconhece provisões para processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários) em que são parte envolvidas, com base na avaliação da probabilidade de perda realizada por seus assessores jurídicos, baseando-se nas leis, jurisprudências e evidências disponíveis. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente. *k. Imposto de renda e contribuição social:* O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios correntes são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e, de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa acumulados e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, aplicando-se às alíquotas da legislação vigente de 34%. Estes impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que os lucros futuros tributáveis sejam suficientes para compensar os créditos fiscais advindos das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, de acordo com projeções de resultados elaboradas, e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. Os tributos sobre a renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. *l. Reconhecimento de receita:* A Companhia gera receita principalmente pela venda de produtos derivados do processo de industrialização da cana-de-açúcar. A receita é reconhecida no momento da transferência da propriedade do produto vendido pelo valor considerado pela Companhia como provável do recebimento da contraprestação à qual tem direito. A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de produtos, conforme nota explicativa nº 25. A receita compreende, substancialmente, o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida de impostos, fretes, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança; quando é provável que fluirão benefícios econômicos futuros decorrentes da transação e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. *m. Receitas e despesas financeiras:* As receitas e despesas financeiras da Companhia compreende: • receita de juros e variações monetárias; • despesa de juros e variações monetárias; • rendimento sobre aplicações financeiras e caixa restrito; • descontos obtidos e concedidos; • o valor justo dos ganhos e perdas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. *n. Direito de uso e passivos de arrendamento:* A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e as obrigações de pagamentos dos contratos que se enquadram no escopo da norma, incluindo os contratos de parcerias agrícolas vigentes, apesar de possuírem natureza e características jurídicas distintas aos contratos de arrendamento, como um passivo. O ativo de direito de uso é apropriado ao resultado de acordo com a realização do contrato. O valor presente dos passivos é calculado de acordo com o saldo remanescente dos contratos, líquido de adiantamentos realizados. A taxa incremental utilizada equivale a taxa de juros real de empréstimos e financiamentos que tenham natureza semelhante, captados ou não pela Companhia. Contratos com vigência remanescente menor que 12 meses ou de valor imaterial não foram enquadrados no escopo da norma. *o. Adiantamentos de clientes:* Referem-se, principalmente, à entrega futura de produtos, podendo ser prorrogados por uma ou mais safras, mediante entendimento entre as partes. *p. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:* Compostas, principalmente, pela venda de ativos imobilizados e por provisões e/ou perdas relacionadas a processos judiciais (trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários). *q. Benefícios à empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***Planos de contribuição definida:*** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. *r. Subvenção governamental:* Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo e, posteriormente ao reconhecimento no resultado. A parcela reconhecida no resultado é reclassificada entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de subvenção para investimentos. *s. Capital social: Ações ordinárias:* O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido, conforme nota explicativa nº 20. ***Dividendos:*** O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% dos lucros líquidos ajustados nos termos da lei ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, conforme nota explicativa nº 20. **4. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024 (no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2024). A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 (no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2027). O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; e • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7). **5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos em três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor. **a. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Rendimento anual	2025	Rendimento anual	2024
Caixa e bancos - no Brasil		3.787		1.109
Aplicações financeiras:				
no Brasil:				
CDBs	100,01% CDI	15.377	98,11% CDI	119.099
Fundos de investimento (i)	103,34% CDI	62.577	–	–
		77.954		119.099
Caixa e bancos - no exterior (moeda estrangeira - nota 30.a)		57		366
Margem de garantia - no Brasil (ii)	–	3.186	–	–
Margem de garantia - no exterior (moeda estrangeira - nota 30.a) (ii)	–	1.569	5,35%	111.212
		4.755		111.212
		86.553		231.786

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos e liquidez diários. (ii) Os depósitos de margem em operações com derivativos se referem às chamadas de margens em bolsa de mercadorias, expostas, substancialmente, à variação do dólar norte-americano. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 30.

b. Aplicações financeiras:

	Rendimento anual	2025	Rendimento anual	2024
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações no Brasil:				
CDBs	–	–	102,00% CDI	10.565
Fundos de investimento (i)	101,02% CDI	40.811	–	–
		40.811		10.565

(i) Correspondem a aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, os quais são geridos por quotas, a critério unicamente da Companhia, com rendimentos diários e vencimentos superiores a 3 meses. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 30. **6. Contas a receber de clientes:** O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Nota	2025	2024
Contas a receber - no Brasil (moeda nacional)			
- de clientes		48.465	25.379
- de partes relacionadas	10 (a)	15	397
		48.480	25.776
Provisão para perdas de crédito esperadas			
- de clientes		(475)	(188)
Ativo circulante		48.005	25.588

A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes. A análise do vencimento das contas a receber de clientes é como segue:

	2025	2024
A vencer:	46.398	25.391
Vencidos:		
- até 30 dias	1.353	31
- de 31 a 60 dias	–	178
- de 61 a 90 dias	–	60
- de 91 a 180 dias	269	–
- de 181 a 360 dias	335	–
- acima de 360 dias	125	116
	2.082	385
	48.480	25.776

A provisão para perdas de crédito esperada foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, as garantias reais para os débitos e, quando aplicável, negociações em andamento com base na avaliação dos assessores jurídicos. A Companhia tem por procedimento realizar provisão complementar, baseada na perda apurada nos últimos dois exercícios em relação à receita operacional líquida. A provisão para perdas de crédito esperada é considerada suficiente pela administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber e a movimentação para os exercícios sociais findos em 31 de março de 2025 e 2024, estando assim demonstrada:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(188)	(180)
(Adições)	(425)	(167)
Baixa e reversões	138	159
Saldo no final do exercício	(475)	(188)

7. Estoques e adiantamentos a fornecedores:

	2025	2024
Produtos acabados e em elaboração	29.574	12.980
Créditos de descarbonização - CBIOS (i)	9.859	667
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar (ii)	88.821	87.640
Adiantamentos - compra de insumos e outros (iii)	45.402	32.330
Custos a apropriar do período de entressafra (iv)	93.229	79.261
Almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção (v)	24.650	20.069
	291.535	232.947
Ativo circulante	237.242	172.958
Ativo não circulante (adiantamentos a fornecedores)	54.293	59.989

(i) RenovaBio - CBIOs: em 31 de março de 2025, a Companhia possuía 207.906 CBIOs emitidos e ainda não comercializados (9.531 CBIOs, em 31 de março de 2024). A comercialização desses títulos, após sua escrituração, ocorre principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país. A Companhia comercializou no exercício social findo em 31 de março de 2025 0,3 mil de CBIOs (265,4 mil, em 31 de março de 2024) com impacto de R$ 26 (R$ 31.337, em 31 de março de 2024) na receita bruta. (ii) Os adiantamentos a fornecedores de cana-de-açúcar estão relacionados aos contratos de parceria agrícola e fornecedores de cana-de-açúcar. A classificação entre circulante e não circulante leva em consideração a expectativa da administração quanto à realização desses saldos, mediante a entrega futura de cana-de-açúcar (matéria prima) desses parceiros. (iii) Refere-se substancialmente à adiantamentos realizados para a aquisição de óleo diesel para utilização nas safras. (iv) Referem-se a gastos com manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, incorridos no período de entressafra, que serão apropriados no resultado da safra seguinte. (v) Os estoques do almoxarifado de insumos, materiais auxiliares e manutenção, consideram a previsão de utilização e consumo segundo a projeção de plantio e moagem do próximo ciclo. Em 31 de março de 2025, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização e das provisões de estoques obsoletos e com giro lento. As movimentações das referidas perdas para os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 estão demonstradas abaixo e foram reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica "Custo dos produtos vendidos":

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(3.058)	(4.770)
(Adições)	(20.114)	(3.058)
Reversões	22.101	4.770
Saldo no final do exercício	(1.071)	(3.058)

A Companhia está atualmente em negociação com o objetivo de realizar a venda de seus estoques obsoletos e com giro lento de almoxarifado a uma *cleantech*. As provisões para perda desses estoques consideram os valores prováveis realizáveis que resultarão desta negociação. **8. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo, após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais seis safras. A mensuração do valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas por meio de cálculos que consideram: (i) produtividade da cana-de-açúcar na safra, medida em tonelada; (ii) nível de concentração de açúcar (Açúcar Total Recuperável ("ATR") esperado para as safras futuras; (iii) valor do ATR por tonelada de cana, calculado conforme metodologia do CONSECANA (Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo), que leva em consideração o mix de produção, no mercado, de açúcar e etanol (hidratado e anidro) e os preços futuros esperados para cada um destes produtos; e (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola (passivos de arrendamento); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo. Com base na estimativa de receitas e custos, determina-se o fluxo de caixa a ser gerado, considerando-se uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos. As variações no valor justo são registradas como ativo biológico no ativo circulante tendo como contrapartida a conta "custo dos produtos vendidos" na demonstração do resultado. A amortização das variações do valor justo dos ativos biológicos é realizada de acordo com a colheita da cana-de-açúcar. Em 31 de março de 2025 e 2024, as principais premissas foram utilizadas na determinação valor justo, determinado pelo nível 3 da hierarquia de valor justo foram:

	2025	2024
Área total estimada de colheita (ha)	33.244	26.810
Produtividade prevista (ton/ha)	93,67	93,89
Quantidade de ATR por ton, de cana-de-açúcar (kg)	130,00	136,14
Preço médio projetado de ATR (R$)	1,1071	1,1280

Em 31 de março de 2025, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 9,92% a.a. (8,23% a.a. em 31 de março de 2024). O aumento da taxa de desconto impacta na redução do valor justo dos ativos biológicos. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras atuais.

a. Composição:

	Custo	Amortização acumulada	2025 Líquido	2024 Líquido
Ativo biológico (lavoura cana-de-açúcar)	75.919	–	75.919	69.804
Valor justo (lavoura cana-de-açúcar)	57.123	–	57.123	94.498
Ativo biológico (lavoura demais culturas)	2.493	(1.654)	839	–
	135.535	(1.654)	133.881	164.302

b. Movimentação do ativo biológico:

	2025 Cana-de-açúcar	2025 Demais culturas	2025 Total	2024 Cana-de-açúcar	2024 Total
Saldo inicial dos ativos biológicos	164.302	–	164.302	70.234	70.234
Aumentos decorrentes de tratos	75.918	2.493	78.411	69.862	69.862
Variação no valor justo	57.123	–	57.123	94.497	94.497
Reduções decorrentes da colheita	(164.301)	(1.654)	(165.955)	(70.291)	(70.291)
Saldo final dos ativos biológicos	133.042	839	133.881	164.302	164.302

(i) A Companhia iniciou no decorrer da safra 2024/2025 novos testes com a cultura de soja. Esses ativos são mensurados à custo de formação, deduzidos de colheita e perdas incorridas. **c. Riscos regulatórios e ambientais:** A Companhia é sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A Administração estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos. **d. Risco de oferta e demanda:** A Companhia está exposta aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A Administração realiza análises de tendência regulares do setor para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada. **e. Riscos climáticos e outros:** Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar (principal fonte de matéria prima para a produção de açúcar, etanol, demais derivados de cana-de-açúcar e cogeração de energia elétrica), que requer um período de 12 a 18 meses para maturação e início da colheita, a qual ocorre entre os meses de abril e dezembro, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impactos de condições climáticas adversas. Assim como outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a Companhia está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer. A Companhia não foi afetada de forma relevante nos incêndios divulgados pela mídia, sendo que os incêndios ocorridos nas lavouras do Grupo, não causaram impactos significativos nas operações ou no valor justo de seus ativos e passivos. A administração da Companhia está monitorando a situação, e até o momento não identificou alterações em suas estimativas contábeis que possam gerar perdas nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região centro-oeste e sudeste do Brasil. O período de colheita anual de cana-de-açúcar nessas regiões do Brasil é chamado de safra e tem início em abril e maio e termina em novembro e dezembro. Isso cria flutuações nos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das empresas desse setor. As contas de resultado ficam sujeitas a sazonalidade no primeiro trimestre do exercício social, período de início de moagem nas regiões centro-oeste e sudeste, quando o custo operacional por unidade produzida tende a ser maior devido ao baixo nível de sacarose da cana-de-açúcar colhida neste período. Adicionalmente, devido à maior oferta de produtos durante a safra, é observado uma oscilação no preço das *commodities*, sendo que historicamente na entressafra (período sem moagem) os preços são superiores frente a média da safra. **f. Análise de sensibilidade do valor justo:** A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R$ 20.426 (R$ 17.886 em 31 de março de 2024). Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R$ 14.107 (R$ 13.654 em 31 de março de 2024).

9. Tributos a recuperar:

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	55.741	47.042
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS") (i)	30.920	10.092
Programa de integração social - ("PIS") (i)	8.731	2.598
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	5.975	3.912
Instituto Nacional do Seguro Social - ("INSS")	523	521
Créditos tributários - REINTEGRA	2.928	2.786
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - ("IRPJ")	–	13
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - ("CSLL")	753	797
	105.571	67.761
Ativo circulante	94.608	41.970
Ativo não circulante	10.963	25.791

(i) Na safra 24/25 a Companhia realizou o levantamento de créditos presumidos extemporâneos sobre a aquisição de cana-de-açúcar relativa à produção de açúcar VHP para exportação. Os tributos a recuperar foram classificados entre circulante e não circulante conforme melhor expectativa de realização desses tributos pela Administração, mediante a compensação com futuros débitos desses tributos e ressarcimento dos mesmos em espécie, nos termos da legislação vigente. **10. Partes relacionadas: Operações com pessoal-chave da Administração:** ***Remuneração de pessoal-chave da Administração:*** Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 não foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, entre outros), sendo essa remuneração realizada a nível de grupo, na parte relacionada da Companhia, Brenco. A Companhia também não possui outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho. ***Benefícios a empregados:*** A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, farmácia, educação, plano de previdência privada (nota explicativa nº 21), entre outros. A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR/PLRO), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e os critérios de definição e a distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Os montantes referentes a benefícios a empregados são registrados em despesas administrativas, despesas com vendas e custo do produto vendido no resultado. Além do plano de previdência privada (Vexty), mencionado na nota explicativa nº 21, a Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho. ***Outras transações com partes relacionadas:*** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios sociais findos em 31 de março de 2025 e 2024 relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações de acionistas e companhias ligadas ao mesmo grupo econômico. Essas transações são realizadas no melhor interesse do Grupo Atvos como um todo e não necessariamente de uma entidade isolada. **a. Resumo dos saldos com partes relacionadas:**

	Nota	2025	2024
No ativo circulante			
Em contas a receber de clientes - mercado interno			
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	–	388
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(a)	15	9
		15	397
Partes relacionadas			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(b)	1.036	992
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(f)	4.670	4.670
Atvos Bioenergia S.A. ("Atvos Bio")	(b)	–	4
		5.706	5.666
Total no ativo circulante		5.721	6.063
No ativo não circulante			
Partes relacionadas			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(c)	–	33.811
Atvos Bioenergia Brenco S.A. ("Brenco")	(d)	8	8
Total no ativo não circulante		8	33.819
No passivo circulante			
Fornecedores			
Atvos Agroindustrial Participações S.A. ("Atvos Par")	(a)	224	225
Atvos Bioenergia Alcídia S.A. ("DASA")	(a)	436	454
Atvos Bioenergia Conquista do Pontal S.A. ("UCP")	(a)	80	358
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")	(a)	8.158	–
Atvos Bioenergia Rio Claro S.A. ("Rio Claro")	(a)	1.694	1.727
		10.592	2.764
Partes relacionadas			
Atvos Bioenergia Alcídia S.A. ("DASA")	(f)	4	4
Atvos Bioenergia Santa Luzia S.A. ("Santa Luzia")

	2023	Adições	Baixas	Transferências (iii)	Depreciação	2024
Equipamentos e instalações industriais	356.910	–	(232)	32.521	(32.483)	356.716
Benfeitorias em imóveis de terceiros	280.071	–	–	29.665	(22.579)	287.157
Planta portadora	191.180	–	(284)	69.012	(48.959)	210.949
Planta portadora em formação	35.061	75.115	–	(69.012)	–	41.164
Máquinas e equipamentos agrícolas	28.053	–	–	41.167	(7.518)	61.702
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.318	–	–	333	(1.539)	6.112
Terras	1.962	–	–	1.599	–	3.561
Móveis e utensílios	1.647	–	–	987	(199)	2.435
Veículos	1.091	–	–	3.979	(396)	4.674
Equipamentos de informática	845	–	–	5.352	(154)	6.043
Imobilizado em andamento	1.705	149.502	–	(113.953)	–	37.254
Adiantamentos a fornecedores	–	12.351	–	–	–	12.351
	905.843	236.968	(516)	1.650	(113.827)	1.030.118

(i) No decorrer do exercício social findo em 31 de março de 2025, a Companhia contratou empresa independente especializada para a realização de inventário físico das máquinas e equipamentos industriais, para a avaliação do seu real valor, por substituição de componentes e duplicidades de manutenções realizadas ao longo de suas vidas úteis. Como resultado desta avaliação, a Companhia apurou uma baixa de R$ 15.671, líquida de depreciação, registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". (ii) Com o objetivo de atingir e expandir a capacidade instalada das unidades operacionais, a Companhia vem realizando uma série de investimentos, como aumento de plantio, tratos, fertirrigação, reposição de frotas agrícolas, automação da tubulação de vinhaça, sistema de monitoramento de solo, expansão de tanque. Parte substancial desses investimentos tem previsão de serem concluídos no decorrer da safra 25/26. (iii) No decorrer da safra 21/22 a Companhia contratou empresa independente especializada para a realização de inventário físico de suas máquinas e equipamentos agrícolas. Com a conclusão dos trabalhos a administração da Companhia vem identificando e segregando ativos, os quais vem sendo disponibilizados para venda, classificados no balanço patrimonial na rubrica "Outros créditos", no ativo não circulante. A administração da Companhia iniciou processo de venda desses ativos em leilões, tendo sido concluída a venda e entrega de parte desses ativos no decorrer das safras 23/24 e 25/26. A Administração ainda possui alguns ativos que estão sendo avaliados para venda em próximos leilões e espera que as vendas sejam concluídas no decorrer da safra 25/26. No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Em 31 de março de 2025 a Companhia possuía ativo imobilizado, correspondentes a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais, planta portadora e propriedades que foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto às instituições financeiras no montante de R$ 223.344 (R$ 243.039, em 31 de março de 2024). Em 31 de março de 2025 a Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual, e não identificou a necessidade de provisão para perda adicional nas demonstrações financeiras.

13. Intangível: a. Composição:

	Custo	Amortização acumulada	2025 Líquido	2024 Líquido
Ágio sobre investimentos (i)	135.696	–	135.696	135.696
Demais intangíveis:				
Outorga e leilão de energia (ii)	293.014	(93.237)	199.777	219.522
Software	4.839	(2.534)	2.305	877
Software em desenvolvimento	–	–	–	–
Licenças ambientais	668	(620)	48	56
	434.217	(96.391)	337.826	356.151

b. Movimentação do intangível:

	2024	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2025
Ágio sobre investimentos (i)	135.696	–	–	–	–	135.696
	135.696	–	–	–	–	135.696
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	219.522	–	–	(19.745)	–	199.777
Software	877	–	–	(332)	1.760	2.305
Software em desenvolvimento	–	1.760	–	–	(1.760)	–
Licenças ambientais	56	–	–	(8)	–	48
	220.455	1.760	–	(20.085)	–	202.130
	356.151	1.760	–	(20.085)	–	337.826

	2023	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	2024
Ágio sobre investimentos (i)	135.696	–	–	–	–	135.696
	135.696	–	–	–	–	135.696
Demais intangíveis:						
Outorga e leilão de energia (ii)	239.267	–	–	(19.745)	–	219.522
Software	39	–	–	(76)	142	877
Software em desenvolvimento	142	772	–	–	(142)	–
Licenças ambientais	63	–	–	(7)	–	56
	239.511	772	–	(19.828)	–	220.455
	375.207	772	–	(19.828)	–	356.151

(i) Os ágios provenientes de investimentos apresentados no ativo intangível são fundamentados em rentabilidade futura e tem sua recuperabilidade testada anualmente. (ii) Refere-se ao pagamento de outorga pelo direito concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para produzir, transmitir e distribuir energia elétrica, que é amortizada pelo período do contrato, com vencimento final em 2039, e aos contratos de Leilões de Energia de Reserva ("LER"). ***Redução ao valor recuperável do ágio:*** De acordo com as disposições do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor recuperável de ativos, o ágio é submetido ao teste de perda do valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda do valor recuperável é realizado ao final do mês de março de cada exercício. Em 31 de março de 2025, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ágios. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa para os próximos 05 anos, em base real, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar VHP e etanol, custos operacionais, incluindo aqueles relacionados à geração de energia, além de outros dados macroeconômicos e premissas da administração, além da determinação das taxas de desconto. Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2025):

Unidades Geradoras de Caixa	Taxa de Crescimento real na perpetuidade (i)	Taxa de desconto nominal
Eldorado	5,00%	12,70%

(i) O modelo não considera o crescimento nominal. Em 31 de março de 2025 e 2024, ao avaliar o resultado dos testes do valor recuperável dos ágios, a administração não encontrou necessidade de registrar provisões para perdas por redução ao valor recuperável. ***Análise de sensibilidade:*** Considerando o fluxo de caixa descontado projetado, em 31 de março de 2025, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem LAJIDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos de redução/aumento no valor recuperável das UGCs. Com base nas sensibilidades efetuadas, as seguintes reduções das margens LAJIDA ou aumento das taxas de desconto seriam necessárias para que o valor em uso igualasse o valor contábil da Companhia:

	Mudanças requeridas no *carrying amount* para igualar ao montante recuperável
Taxas de desconto	8,9%
Margem LAJIDA	20,6%

14. Direito de uso e passivos de arrendamento: Em 31 de março 2025 e 2024, os saldos atribuídos aos direitos de uso são representados por:

a. Direito de uso:

	Custo	Amortização acumulada	2025 Líquido	2024 Líquido
Parcerias agrícolas	400.084	(124.461)	275.623	294.065
Terras	137.838	(40.589)	97.249	93.590
Máquinas e equipamentos agrícolas	19.613	(6.253)	13.360	8.938
Veículos	3.611	(839)	2.772	252
	561.146	(172.142)	389.004	396.845

A movimentação do direito de uso durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Terras	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Total
Saldos em 1º de abril de 2023	244.806	95.661	825	3.323	344.615
Adições por novos contratos e remensurações (i)	120.704	13.269	10.667	(1)	144.639
Baixas	(14.117)	–	(2)	(22)	(14.141)
Depreciação	(57.328)	(15.340)	(2.552)	(3.048)	(78.268)
Saldos em 31 de março de 2024	294.065	93.590	8.938	252	396.845
Adições por novos contratos e remensurações (i)	61.243	21.273	8.720	4.417	95.653
Baixas	(25.924)	–	–	(11)	(25.935)
Depreciação	(53.761)	(17.614)	(4.298)	(1.886)	(77.559)
Saldos em 31 de março de 2025	275.623	97.249	13.360	2.772	389.004

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola. **b. Passivo de arrendamento:** Em 31 de março 2025 e 2024, os passivos de arrendamento são representados por:

	Custo	Ajuste a valor presente	2025 Líquido	2024 Líquido
Parcerias agrícolas	456.650	(149.042)	307.608	318.232
Terras	156.984	(47.803)	109.181	100.658
Máquinas e equipamentos agrícolas	21.536	(5.322)	16.214	11.060
Veículos	3.181	(320)	2.861	290
	638.351	(202.487)	435.864	430.240
Passivo circulante			62.697	54.907
Passivo não circulante			373.167	375.333

A movimentação dos passivos de arrendamento durante o exercício de apresentação foi a seguinte:

	Parcerias agrícolas	Terras	Máquinas e equipamentos agrícolas	Veículos	Total
Saldos em 1º de abril de 2023	250.382	97.232	905	3.756	352.275
Adições por novos contratos e remensurações (i)	120.704	13.269	10.667	(1)	144.639
Amortização de principal	(41.682)	(9.566)	(504)	(3.441)	(55.193)
Amortização de juros	(36.735)	(15.592)	(3.000)	(206)	(55.533)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	39.681	15.315	2.995	204	58.195
Baixas	(14.118)	–	(3)	(22)	(14.143)
Saldos em 31 de março de 2024	318.232	100.658	11.060	290	430.240
Adições por novos contratos e remensurações (i)	61.243	21.273	8.720	4.417	95.653
Amortização de principal	(42.388)	(12.750)	(3.566)	(1.834)	(60.538)
Amortização de juros	(45.286)	(15.181)	(2.827)	(333)	(63.627)
Apropriação de encargos financeiros - AVP	41.731	15.181	2.827	332	60.071
Baixas	(25.924)	–	–	(11)	(25.935)
Saldos em 31 de março de 2025	307.608	109.181	16.214	2.861	435.864

(i) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do preço do ATR conforme CONSECANA aplicado, nos contatos de arrendamento de parceria agrícola. Os saldos a pagar (juros futuros inclusos) tem a seguinte composição de vencimento:

	2025	2024
1º ano	62.697	54.907
2º ano	64.495	58.670
3º ano	69.718	58.358
4º ano	75.951	63.769
5º ano	66.324	69.096
A partir do 6º ano	96.679	125.440
	435.864	430.240

15. Fornecedores:

	2025	2024
Fornecedores - no Brasil:		
- materiais, serviços, investimentos e outros	64.522	44.757
- cana-de-açúcar e parcerias agrícolas	14.114	21.885
- produtos acabados	5.149	12.250
- PRJ	56	54
- partes relacionadas	10 (a) 10.592	2.764
	94.433	81.710
Classificados como:		
Passivo circulante		
Fornecedores	94.377	81.656
Fornecedores - sujeitos ao PRJ[1]	56	54

1Créditos inseridos no Plano de Recuperação Judicial, o que fora encerrado em 15 de setembro de 2023, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os saldos remanescentes, conforme aditamento do PRJ homologado em 19 de setembro de 2023, possuem as mesmas condições previstas para os créditos financeiros da Tranche A, tendo como indexador para sua atualização CDI (100%), e vencimento final previsto para 20 de dezembro de 2042. A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa 30.

16. Empréstimos e financiamentos:

Modalidade [2] e classificação de acordo com o PRJ	Nota	Taxa	Encargos anuais vigentes: Indexador	Moeda	2025	2024 (Reapresentado)	Vencimento
Finem	(a)						
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	12.114	10.300	
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	267	227	
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	(1.641)	(1.641)	2042
					10.740	**8.886**	
Debêntures	(b)						
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) + Var. PTAX800 [1]	USD	419.076	–	
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) + Var. PTAX800 [1]	USD	682.170	–	2042
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	(93.822)	–	
					1.007.424	**–**	
Cédula de Crédito à Exportação ("CCE")	(c)						
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	28.423	24.165	
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	183.738	156.214	2042
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	(28.121)	(28.121)	
					184.040	**152.258**	
Crédito Agroindustrial	(d)						
Garantia Real		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	11.686	9.935	
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	(1.549)	(1.549)	2042
Não submetidos ao PRJ		9,38%	–	BRL	1.741	2.903	2026
					11.878	**11.289**	
Capital de giro	(e)						
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	15.318	13.024	
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	(2.030)	(2.030)	2042
					13.288	**10.994**	
Finame	(f)						
Extraconcursal aderente		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	1.880	1.635	
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	(464)	(464)	2042
Não submetidos ao PRJ		9,68%	–	BRL	312	937	2025
					1.728	**2.108**	
Prorenova	(g)						
Quirografário		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	7.122	6.055	
(–) Crédito aditivo PRJ		0%	100% CDI (Tranche A) [1]	BRL	(944)	(944)	2042
					6.178	**5.111**	
					1.235.276	**190.646**	
Passivo circulante					1.492	1.853	
Passivo não circulante					561	1.987	
Passivo não circulante - sujeito ao PRJ					1.233.223	186.806	

CDI: Cerificado de Depósito Interbancário
PRJ: Plano de Recuperação Judicial

Informações sobre a exposição da Companhia à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 30. [1] Conforme nota explicativa nº 1, em 15 de setembro de 2023 o juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital de São Paulo proferiu decisão decretando o encerramento da Recuperação Judicial. O juiz também homologou o aditamento ao plano de recuperação da Companhia, iniciado em maio de 2019, o qual foi publicado no Diário da Justiça no dia 20 de setembro de 2023. O referido aditamento alterou toda a estrutura de pagamentos dos créditos da Tranche A, alongando o prazo para pagamento de dezembro de 2034 para 2042, e reduzindo os juros originalmente determinados em 115% CDI para 100% do CDI, além de outras alterações qualitativas relevantes, como: (i) a capitalização integral de juros ao principal até 31 de dezembro de 2025; (ii) amortizações trimestrais de juros, limitadas à 6% ao ano, sendo o saldo superior capitalizado ao principal, com projeção de liquidação na última parcela do plano; (iii) amortizações de principal com pagamentos trimestrais a partir de 20 de março de 2026, sendo 0,75% nos primeiros 6 anos e aumentando gradativamente o percentual de liquidação até a última parcela, considerando o saldo teórico; (iv) criação do saldo teórico, o qual considera-se o saldo inicial do plano somado ao valor de juros capitalizados até 31 de dezembro de 2025, sem abater os valores já pagos nos planos (antigo e/ou atual), tendo assim o valor base para cálculo dos percentuais de principal a quitar, até o final do plano; (v) as parcelas liquidadas (Tranche A) do plano original, serão utilizadas como créditos para quitações das primeiras parcelas do novo plano, projetando desembolso de caixa somente a partir de março 2027; e (vi) previsão de amortizações extraordinárias, as quais serão apuradas no encerramento do exercício social da Companhia, iniciando a partir de 31 de março de 2024, e pago até 30 dias após emissão das demonstrações financeiras ou final do mês de julho do respectivo ano, dos dois o menor, sendo o valor abatido das últimas parcelas previstas nos termos do referido aditivo. Com a extinção das referidas obrigações, conforme determina o CPC 48 - Instrumentos financeiros, foram reciclados para o resultado financeiro os custos de transação não amortizados correspondentes à dívida extinta, somando R$2.310. A nova dívida foi inicialmente registrada a valor justo, tendo sido apurado um *haircut* de R$14.609, reflexo da mudança da taxa de juros apurada da data do pedido de recuperação judicial até a data de modificação, e um ganho de valor justo de R$111.220, considerando o método de fluxo de caixa descontado. A taxa de desconto considerada como mais apropriada para refletir o risco de crédito da Companhia, foi estimada adicionando à taxa básica de juros o risco de crédito obtido da análise de benchmarks de empresas comparáveis, com estrutura de capital semelhante a qual a Companhia possuía após a saída da recuperação judicial e homologação do aditivo do PRJ em 19 de setembro de 2023. A metodologia da estimativa de valor justo foi de nível 2. [2] As modalidades acima informadas referem-se às das operações originalmente realizadas. Após inclusão dos referidos créditos ao QGC (Quadro Geral de Credores) do PRJ, todas as operações passam a ter as características e classificações descritas no referido Plano. (a) Linhas de crédito contratadas para financiamento de investimentos na indústria e na área agrícola. (b) Em 28 de junho de 2017, a controladora direta da Companhia, Atvos Par, emitiu 829.150.000 debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única para colocação privada. Parte das debêntures foi subscrita por empresa relacionada ao ex-acionista controlador da Companhia, a LSF10 Brazil. A administração, respaldada em parecer jurídico dos seus advogados, entendia que tratando-se de crédito listado na recuperação judicial em dólar, ele se submete à disciplina expressa na cláusula 10.5 do Plano de Recuperação Judicial, conjugada ao art. 50, §2º da Lei 11.101/2005, mantendo-se o crédito indexado à variação cambial. Assim, as debêntures mantiveram a sua indexação ao dólar e, a partir da data da impetração do pedido de recuperação judicial, observando os juros previstos no PRJ, incidiram sobre o montante da dívida em dólar. Somente na data do pagamento é que a dívida em dólar, acrescida dos juros, seria convertida para Reais. Em 26 de janeiro de 2023 os direitos creditórios das debêntures foram transferidos à MC Green Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP MC Green"), mantendo todas as condições originais previstas no Plano de Recuperação Judicial. Em 17 de março de 2023, os direitos creditórios da Tranche B foram transferidos à Soneva, conforme Instrumento Particular de Escritura da primeira emissão de debêntures, emitida pela Soneva junto ao FIP MC Green, mediante a emissão e integralização da 7ª série, totalizando 1.056.832 debêntures conversíveis em ações, da espécie com garantia real. Na Atvos Par, como as dívidas originais mantiveram todas as condições previstas na PRJ, e naquele momento não houve modificação ou extinção da dívida original à luz do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Em 19 de setembro de 2023, o FIP MC Green realizou aporte de R$ 500.000 na controladora direta da Companhia, em troca de 31,5% de participação em seu capital, tornando-se naquela data sua acionista e parte relacionada da Companhia. Conforme mencionado na nota explicativa n 10(c), em 12 de junho de 2024 a Companhia formalizou junto à sua controladora direta, a transferência dos créditos da Tranche A, com a anuência de seu acionista e credor, FIP MC Green, totalizando, US$160.912 (equivalentes à R$867.172 , com base na PTAX de 12 de junho de 2024), mediante redução de capital, conforme apresentado na referida nota explicativa. (c) Captações realizadas para financiamento da produção de bens destinados à exportação. (d) Linhas de crédito contratadas para financiamento das atividades agropecuárias e custeio. (e) Linhas de crédito contratadas para financiamento de capital de giro. (f) Linhas de repasse de recursos do BNDES para financiamento de aquisições de máquinas, equipamentos e frotas agrícolas. (g) Linha de repasse de recursos do BNDES, com a finalidade de financiar a implantação e renovação de novos canaviais. Na tabela a seguir é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício (descontado dos efeitos do valor justo no reconhecimento inicial):

	2025	2024 (Reapresentado)
Saldo anterior	190.646	682.386
Assunção de dívida pela controladora direta - Nota 20 (a)	–	(402.363)
Assunção de dívida da controladora direta - Nota 10 (c)	867.172	–
Amortização de principal	(1.731)	(5.217)
Amortização de juros	(306)	(11.266)
Juros, variação cambial e monetária, líquidas	173.722	36.996
Amortização de custos de transação	–	350
Baixa de custos de transação	–	12.521
Reversão da provisão de juros e variação cambial - haircut	–	(14.609)
Valor justo Tranche A	–	(111.220)
Amortização valor justo Tranche A	5.773	3.068
Saldo no final do exercício	1.235.276	190.646

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento (desconsidera efeitos do valor justo):

	2025	2024
2º ano	10.578	1.426
3º ano	40.068	2.772
4º ano	40.068	8.849
5º ano	40.068	8.849
6º ano	40.068	8.849
7º ano	43.407	8.849
A partir do 8º ano	1.121.906	257.350
	1.336.163	296.944

Valor justo dos empréstimos: Em 31 de março de 2025, o valor justo dos empréstimos e financiamentos é de R$1.198.680 (R$197.696 em 31 de março de 2024 (Reapresentado)) e os saldos contábeis totalizam R$1.235.277 (R$204.130 em 31 de março de 2024). **Garantias:** Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, penhor de lavoura, cessão de direitos creditórios e/ou alienação fiduciária de bens. ***Covenants:*** Em 31 de março de 2025 e 2024 a Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras.

17. Salários e encargos:

	2025	2024
Provisão de participação nos lucros e resultados	5.535	9.168
Provisão de férias e encargos	7.700	6.192
Provisão de 13º salário e encargos	1.431	1.186
Fundo de garantia do tempo de serviço ("FGTS")	436	375
Plano de Previdência Privada - Vexty - Nota 21	–	136
Salários a pagar	118	–
	15.220	17.057

18. Tributos a recolher:

	2025	2024
Instituto nacional de seguro social - ("INSS")	4.443	2.820
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ("ICMS")	2	–
Contribuição para financiamento da seguridade social - ("COFINS")	1.757	1.762
Imposto de renda retido na fonte - ("IRRF")	580	303
Programa de integração social - ("PIS")	382	383
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta ("CPRB")	2.130	1.552
Demais tributos a recolher	2.535	1.806
	11.829	8.626
Passivo circulante	6.560	4.928
Passivo não circulante (i)	5.269	3.698

(i) Os tributos a recolher classificados no passivo não circulante tem exigibilidade suspensa, decorrente de processos judiciais onde há a concessão de medida liminar, tutela antecipada, depósito judicial ou sentença proferida que afasta a exigência da cobrança de crédito tributário, assim como na esfera administrativa a qual possui defesa ou recurso ainda com julgamento pendente, situações em consonância com o previsto pelo art. Nº 151, do CTN. **19. Adiantamentos de clientes:** Em 31 de março de 2025 e 2024, os montantes registrados no passivo circulante, se referem, substancialmente, a adiantamentos para entrega futura de energia para leilão. Quando aplicável, os saldos de contas a receber e adiantamentos de clientes são apresentados pelo valor líquido.

	2025	2024
Adiantamentos de clientes - no Brasil:		
- de clientes	4.423	3.128
Passivo circulante	4.423	(3.128)

20. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de março de 2025 o capital social subscrito da Companhia é de R$ 1.063.280 (R$1.964.314, em 31 de março de 2024), dividido em 698 ações ordinárias nominativas (1.289.406.500, em 31 de março de 2024), sem valor nominal, todas de propriedade da controladora direta da Companhia, Atvos Agroindustrial Participações S.A. No decorrer do exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia realizou as seguintes movimentações em seu capital social:

	Ações ON	Milhares R$
Capital social em 1º de abril de 2023	**1.025.235.736**	**1.561.870**
Capitalização de Tranche B (i) - Nota 16	264.117.094	402.363
Assunção créditos Novonor pela controladora direta (ii)	53.670	81
Aumento líquido do capital social	264.170.764	402.444
Capital social em 31 de março de 2024	**1.289.406.500**	**1.964.314**
Grupamento de ações (iii)	(1.289.405.211)	–
Redução de capital - Encerramento "Caixa único" - Nota 10(c)	(591)	(901.034)
Capital social em 31 de março de 2025	**698**	**1.063.280**

(i) Em 05 de abril de 2023, a Companhia formalizou junto à sua controladora, Atvos Par, nos termos do artigo 299 e seguintes do Código Civil Brasileiro, Instrumento Particular de Assunção de Dívida, visando a implementação do Acordo de Investimentos, afim de proporcionar a concentração dos créditos da Tranche B para posterior viabilização da troca de controle do Grupo, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, a Controladora recebeu determinados créditos contra à Companhia, os quais foram novados nos termos do Plano de Recuperação Judicial e representavam, naquela data, um passivo atualizado perante a Soneva, no valor total de R$402.363. Os créditos ora cedidos foram integralmente capitalizados, naquela data, na Companhia, fixados de acordo com o artigo 170, §1º da Lei das Sociedades por Ações, em tudo idênticas às anteriormente existentes, conforme demonstrado abaixo:

em 31/03/2023 Ações ON	Capital social (Milhares de R$)	Aumento Ações ON	Capital social (Milhares de R$)	em 05/04/2023 Ações ON	Capital social (Milhares de R$)
1.025.235.736	1.561.870	264.117.094	402.363	1.289.352.830	1.964.233

(ii) Em 18 de abril de 2023, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada, por unanimidade, sem quaisquer reservas e ressalvas, o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante total de R$81, com a consequente emissão de 53.670 (cinquenta e três mil, seiscentos e setenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas, mediante a capitalização, neste ato, de créditos detidos pela única acionista, Atvos Agroindustrial Participações S.A., contra a Companhia, conforme Instrumentos Particulares de Assunção de Dívidas, celebrados naquela data, juntos à CNO S.A. e NSP S.A., controladas Novonor S.A. (iii) Em 10 de abril de 2024 a Companhia formalizou através de Assembleia Geral Extraordinária, a alteração de sua razão social e o grupamento de suas ações, conforme demonstrado a seguir:

Denominação anterior	Atual denominação	Ações ON Anterior	Proporção	Atual
Usina Eldorado S.A.	Atvos Bioenergia Eldorado S.A.	1.289.406.500	1 milhão x 1	1.289

O agrupamento foi realizado sem qualquer alteração no valor total do capital social ou dos direitos e vantagens conferidos pelas ações de emissão da Companhia, sendo as frações de ações resultantes do grupamento canceladas sem qualquer remuneração aos seus acionistas. **b. Ajuste de avaliação patrimonial:** Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto destes valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. Em 31 de março de 2025 e 2024, correspondem basicamente, aos efeitos de aplicação do *hedge accounting* (Nota explicativa nº 30). **c. Reserva legal:** Reserva legal - calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, e não excederá a 20% do capital social, nos termos da Lei n° 6.404/76, quando aplicável. **d. Destinação do resultado:** De acordo com o estatuto social da Companhia, o resultado do exercício encerra-se em 31 de março de cada ano, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e da contribuição social, serão deduzidas, observados os limites legais, as participações nos lucros eventualmente concedidas aos seus administradores por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, que somente aprovará a distribuição de tais participações após assegurado o pagamento dos dividendos mínimos, não inferiores a 25% do lucro líquido, após a dedução da reserva legal. Contudo, conforme cláusula 10.5 do Aditamento ao PRJ, a Companhia somente poderá distribuir dividendos a partir de 2027. Adicionalmente, a Companhia avalia os impactos e a necessidade de constituição de reservas de incentivos fiscais, na medida em que estas venham a apurar lucro contábil. Os eventuais reflexos dessa constituição são considerados, quando aplicável, nas demonstrações financeiras. **e. Resultado por ação:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação, a tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	2025	2024 (Reapresentado)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(22.996)	279.512
Média ponderada de ações em circulação (milhares)	1	1
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação - em Reais	(22.996,00)	279.512,00

21. Planos de previdência privada: A Companhia mantém convênio de adesão com a VEXTY, entidade fechada de previdência privada, instituída pela antiga controladora Novonor, constituindo-se suas patrocinadoras conveniadas. A VEXTY proporciona aos seus participantes, um plano de contribuição definida, pelo qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da VEXTY estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes, que somam 304 integrantes em 31 de março de 2025 (243 integrantes, em 31 de março de 2024). Em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de março de 2025 somaram R$624 (R$ 442, em 31 de março de 2024) e dos participantes R$ 1.339 (R$ 939, em 31 de março de 2024). Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a administração da Companhia avaliou como não aplicável a adoção do CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

22. Imposto de renda e contribuição social: a. Composição dos saldos:

	Imposto de renda 2025	Imposto de renda 2024 (Reapresentado)	Contribuição social 2025	Contribuição social 2024 (Reapresentado)
Créditos				
Prejuízos fiscais e bases negativas	847.896	792.463	837.711	784.912
Diferenças temporárias:				
Provisão para contingências	5.927	4.615	5.927	4.615
Instrumentos financeiros derivativos (NDF/Swap)	–	16.124	–	16.124
Variação do valor justo de CBIOs	1.820	–	1.820	–
Provisão para participação nos lucros e resultados	5.535	9.168	5.535	9.168
Passivos de arrendamento	435.864	430.240	435.864	430.240
Provisão para perdas de crédito esperadas	475	188	475	188
Provisão para perdas por redução ao valor realizável dos estoques	1.071	3.058	1.071	3.058
Provisões diversas (iii)	1	–	1	–
Total base de créditos	1.298.589	1.255.856	1.288.404	1.248.305
Crédito tributário registrado (i)	129.994	127.803	46.798	46.009
Crédito tributário não registrado	194.653	186.161	69.158	66.338
Débitos				
Diferenças temporárias:				
Depreciação Acelerada incentivada (ii)	(240.975)	(147.486)	(240.975)	(147.486)
Amortização de ágio	(135.696)	(135.696)	(135.696)	(135.696)
Instrumentos financeiros derivativos (NDF/Swap)	–	(30.229)	–	(30.229)
Variação do valor justo do ativo biológico	(57.123)	(94.498)	(57.123)	(94.498)
Direito de uso	(389.004)	(396.845)	(389.004)	(396.845)
Valor justo CBIOs	–	(667)	–	(667)
Valor justo Tranche A - Aditivo PRJ - Nota 16	(102.378)	(108.

seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte: ***Processos trabalhistas:*** As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: *(i)* diferenças de horas extras; *(ii)* supressão do intervalo intrajornada; *(iii)* adicionais de periculosidade e insalubridade; e *(iv)* indenização por danos morais. Em 31 de março de 2025, a Companhia era parte envolvida em 26 processos trabalhistas (45 em 31 de março de 2024), com prognóstico de perda provável e passíveis de provisão. ***Processos cíveis e ambientais:*** Referem-se a: *(i)* indenizações de natureza diversa; *(ii)* sanções administrativas ambientais impostas em razão de incêndio ocorrido em área destinada ao cultivo de cana-de-açúcar, cuja legalidade e exigibilidade vêm sendo contestadas judicialmente, ocasião em que foram realizados depósitos judiciais dos valores objeto de discussão; e *(iii)* honorários de sucumbência a serem pagos aos advogados das partes contrárias. ***Processos tributários:*** Referem-se a: (i) honorários de êxito de advogados sobre processos em que os assessores jurídicos preveem êxito nas discussões em andamento. Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas ao imposto de renda de exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva das declarações de imposto de renda no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião de seus consultores legais, a administração da Companhia é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Companhia têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e a provisão para contingências foi avaliada pela administração como adequada em face às perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências. **b. Não provisionadas:** A Companhia é parte passiva em determinadas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, que por terem sido consideradas de probabilidade possível (ou possível com viés de remoto à luz do ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento sobre Tributos sobre o Lucro), pela administração e seus consultores jurídicos, não foram provisionadas contabilmente. Referidas contingências e riscos não provisionados incluem:

	2025	2024
Processos tributários	83.939	94.708
Processos cíveis	2.779	2.388
Processos trabalhistas	620	123
Processos ambientais	49	9
	87.387	97.228

Processos tributários: Dentre as demandas tributárias consideradas como perda possível ou possível com viés de remoto, destacam-se: (a) Cobrança de ICMS em decorrência de: (i) suposta perda de diferimento nas saídas interestaduais e aplicação do regime administrativo cautelar nas operações no Mato Grosso, (ii) cobrança de ICMS DIFAL, (iii) suposto creditamento indevido, (iv) exportações supostamente não comprovadas, (v) suposta manutenção de passivo fictício e (vi) cobrança de ICMS em operação com ICMS diferido no montante de R$37.079 em 31 de março de 2025 (R$59.019, em 31 de março de 2024); (b) Declarações de compensação, pedidos de ressarcimento não homologados e multa isolada de 50% envolvendo o crédito de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais. O total envolvido nos processos é de R$72 em 31 de março de 2025 (R$88, em 31 de março de 2024); e (c) Cobrança de contribuição previdenciária da agroindústria em razão da reapuração das bases de cálculo desta contribuição e da contribuição para o SENAR, nelas incluindo de forma equivocada, valores que não compõem a receita bruta proveniente da produção rural ou agroindustrial. Os processos dessa natureza somam R$46.788 em 31 de março de 2025 (R$35.601, em 31 de março de 2024). **Tratamentos fiscais incertos:** Na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (IRPJ e CSLL), a Companhia avalia se há qualquer posição fiscal incerta e, caso não seja provável (mais que 51%) que será obtido êxito em decisões de tribunais superiores de última instância sobre a posição, a Companhia deve constituir provisão para o referido passivo tributário. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários. ***Processos trabalhistas:*** Em 31 de março de 2025, a Companhia era parte envolvida em 24 (6 em 31 de março de 2024), processos trabalhistas com prognóstico de perda possível. As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) indenização por danos morais; (ii) tempo à disposição; (iii) diferença de horas extras; (iv) intervalo intrajornada; (v) adicional de periculosidade e insalubridade; e (vi) descanso semanal remunerado. ***Processos cíveis e ambientais:*** Em 31 de março de 2025, a Companhia era parte envolvida em 13 (7, em 31 de março de 2024), processos cíveis com prognóstico de perda possível. As demandas cíveis têm como principais pedidos indenizações por dano material e moral e ações de cobrança. **c. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais estão relacionados a contingências ativas e passivas, apresentados no ativo não circulante. Os depósitos judiciais são apresentados líquidos das provisões para contingências para os quais eles estão cobrindo.

	2025	2024
Processos tributários	2.938	2.210
Processos cíveis	525	482
Processos trabalhistas	76	116
	3.539	2.808

25. Receita operacional líquida:

Receita bruta	2025	2024
Mercado interno		
Etanol hidratado	341.350	320.665
Etanol anidro	157.461	200.811
Energia elétrica	166.325	133.414
Cana-de-açúcar	68.772	10.777
CBIOS	26	31.337
Outras vendas	8.781	16.524
	742.715	713.528
Mercado externo		
Açúcar bruto interno (VHP)	417.492	507.877
	417.492	507.877
Receita bruta total	**1.160.207**	**1.221.405**
(–) Tributos sobre vendas	(29.586)	(37.142)
(–) Frete sobre vendas	(37.835)	(50.209)
(–) Armazenagem	(2.588)	(4.627)
(–) Devoluções	(1.123)	(98)
Receita líquida total	1.089.075	1.129.329

26. Despesas e custos dos produtos e serviços vendidos por natureza:

	2025	2024
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(325.228)	(371.830)
Despesas com pessoal	(90.596)	(89.886)
Serviços de terceiros	(35.320)	(32.911)
Materiais para revenda	(63.885)	(63.445)
Taxas e encargos de energia	(15.557)	(15.665)
Outras despesas	(8.690)	(4.635)
	(539.276)	(578.372)
Depreciações e amortizações:		
da planta portadora	(63.251)	(48.903)
de ativos biológicos colhidos	(166.230)	(72.976)
de direito de uso	(77.558)	(78.270)
de ativos tangíveis e intangíveis	(158.849)	(142.092)
	(465.888)	(342.241)
Variação do valor justo do ativo biológico	57.123	94.497
	(948.041)	(826.116)
Classificados em:		
Custo dos produtos vendidos	(889.324)	(762.116)
Despesas com vendas	(413)	(530)
Despesas administrativas e gerais	(58.304)	(63.470)
	(948.041)	(826.116)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	2025	2024
Outras receitas:		
Venda de ativos imobilizados, líquidas	184	2.647
Sinistros	–	492
Reversão passivos contingentes (i)	–	5.782
Receitas de superveniências (iii)	27.680	–
Dividendos recebidos	88	131
Receitas contratuais	589	1.046
Outras receitas	781	20
	29.322	10.118
Outras despesas:		
Provisão para perdas de crédito esperadas	(287)	(8)
Multa ANEEL (ii)	(432)	(216)
Multas não recorrentes	(1.986)	(81)
Provisão passivos contingentes (i)	(1.312)	–
Efetivação de perdas em processos judiciais	(2.335)	(6.547)
Baixa do valor residual de ativos - Nota 12 (b)(i)	(15.671)	(1.400)
Indenizações pagas	(802)	(94)
Outras despesas	(588)	(93)
	(23.413)	(8.439)
	5.909	1.679

(i) No período atual, refere-se, substancialmente, a mudanças no prognóstico de processos tributários, devido à andamento processual. No período comparativo, refere-se, substancialmente, à reversão de processos tributários e trabalhistas, os quais a Administração da Companhia realizou acordo para pagamento inferior ao valor provisionado. Com isso, os valores foram estornados até o limite do novo valor acordado entre às partes. (ii) Refere-se às multas pagas pelo não cumprimento dos volumes mínimos de faturamento de energia na modalidade Leilão de Energia de Reserva (LER). (iii) No decorrer da safra 24/25 a Companhia realizou o reconhecimento extemporâneo de créditos tributários, sendo eles relacionados principalmente ao crédito presumido de Pis e Cofins sobre insumos adquiridos para a produção de açúcar VHP, conforme previsto na Lei nº 10.925/2004 e ao ICMS incidente sobre as aquisições de produtos intermediários essenciais às atividades da Companhia.

28. Resultado financeiro, líquido:

	2025	2024 (Reapresentado)
Receitas financeiras:		
Juros ativos	4.220	1.523
Variação monetária ativa	44	36
Rendimento com aplicações financeiras	21.693	13.449
Ajuste a valor de mercado	–	413
Valor justo aditivo Tranche A - Nota 16	–	111.220
Descontos obtidos PRJ	–	14.609
Outras receitas financeiras	145	93
	26.102	141.343
Despesas financeiras:		
Juros passivos e variação monetária passiva	(118.197)	(38.791)
Ajuste a valor presente	(60.071)	(58.195)
Amortização (baixa) de custos de transação (i)	–	(12.871)
Amortização do valor justo Tranche A - Nota 16	(5.773)	(3.068)
Tributos e encargos sobre operações financeiras	(11.123)	(1.477)
Despesas e comissões bancárias	(504)	(867)
Ajuste a valor de mercado	(195)	–
Outras despesas financeiras	–	(14)
	(195.863)	(115.283)
Variações cambiais, líquidas:		
Variação cambial ativa	247.430	28.820
Variação cambial passiva	(234.736)	(6.530)
	12.694	22.290
	(157.067)	48.350

(i) Refere-se, substancialmente, a baixa dos custos de transação das dívidas extintas por capitalização/liquidação e extinção, totalizando R$12.521, sendo R$2.310 referentes à Tranche A e R$10.211 referentes à Tranche B, conforme nota explicativa 16. **29. Cobertura de seguros:** Os seguros da Companhia são contratados conforme política estabelecida pela Administração do Grupo Atvos e garantias vigentes. A Companhia integra o programa de segurança operacional do Grupo Atvos, o qual visa a melhoria contínua da operação e da segurança de seus colaboradores, com foco em treinamento e capacitação dos times, visando, entre outros objetivos, a redução dos riscos de acidentes. Em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia possui contratos de seguros com coberturas para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades, sendo as principais coberturas/apólices destacadas abaixo:

		Grupo Atvos (i)	
Item	**Riscos cobertos**	**2025**	**2024**
Risco Operacional (ii)	Riscos operacionais - "*All Risks*" (cobertura contra incêndios, raios e explosões de qualquer natureza,todo o estoque de açúcar e etanol, edificações, equipamentos e instalações), bem como lucros cessantes (cobertura contra a interrupção do negócio, decorrente de dano material coberto pela apólice).	1.265.000	1.265.000
Responsabilidade Civil Geral	Responsabilidade civil geral limite máximo de indenização de R$ 80.000 por evento, limitado ao valor máximo de R$ 160.000.	160.000	160.000
Responsabilidade Civil Ambiental	Garantir a proteção financeira em caso de danos ao meio ambiente decorrentes das atividades do Grupo. Essa apólice visa ressarcir os prejuízos, incluindo custos de remediação, limpeza e monitoramento, bem como eventuais danos a terceiros, incorridos por poluição ambiental.	1.000	1.000
D&O	D&O (responsabilidade civil de administradores, diretores e /ou conselheiros), com limite máximo de indenização na apólice primária de R$50.000, com apólice de excesso limitada à R$ 100.000.	150.000	150.000
Seguro de Proteção de Dados e Responsabilidade Cibernética	Proteger o Grupo contra os riscos financeiros e reputacionais resultantes de ataques cibernéticos, violações de dados e outras ameaças digitais.	5.000	5.000

(i) Corresponde ao valor máximo de cobertura para diversas localidades seguradas do Grupo Atvos. (ii) As coberturas relativas a danos materiais (riscos operacionais) para veículos não estão excluídas, pois têm apólice específica, tendo como referência 100% da tabela FIPE. A administração considera os seguros contratados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. **30. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros. Se necessário, instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros, assim como a adoção da prática da contabilidade de *hedge*. **30.1 Riscos de mercado:** ***a. Risco cambial:*** A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas. A Companhia está exposta diretamente à variação cambial relativa principalmente a valores a receber resultante de receitas de exportação, substancialmente em dólares-americanos, assim como indiretamente pelo impacto em certos custos de produção relacionados a insumos agrícolas indexados nesta moeda. Se necessário, esse risco é administrado, por meio da contratação de ("NDFs - *Non deliverable forwards*") e/ou contratos de *swaps*. Cabe ressaltar que as decisões são tomadas a partir do resultado líquido da exposição cambial (ativos menos passivos). As operações, quando efetuadas, são realizadas com instituições financeiras de primeira linha. *Ativos e passivos expostos à variação cambial:* O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

	2025	Milhares de US$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	57	10
Caixa e equivalentes de caixa (margem de garantia)	1.569	273
Total dos ativos	1.626	283
Passivo circulante e não circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.101.246	191.781
Total dos passivos	1.101.246	191.781
Subtotal ativo (passivo)	(1.099.620)	(191.498)
(–) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	1.101.246	191.781
Exposição líquida ativa	1.626	283

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de contabilidade *hedge* da Companhia. Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras atuais à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R$ 5,7422, por US$1,00 para os ativos e para os passivos. ***b. Risco de volatilidade no preço de açúcar e etanol:*** A Companhia está exposta à variação do preço do açúcar no mercado internacional relativo, principalmente, às receitas operacionais provenientes da venda do produto. À variação do preço de açúcar é gerenciada ativamente por meio de contratos futuros e de opções de Sugar #11 na bolsa de mercadorias futuras de Nova Iorque - NYBOT (ICE-NY). Conforme Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, a administração da Companhia está autorizada a contratar operações de fixação de preço de açúcar lastreadas sem limitação sobre a sua produção da safra, atual e futura, desde que previamente aprovadas pela Administração. Adicionalmente, a Companhia está exposta à flutuação do preço do etanol no mercado interno relativo às receitas operacionais de venda do produto. A proteção da exposição à variação do preço de etanol, quando necessária, é feita por meio de instrumentos financeiros que tenham aderência e correlação direta ou indireta com os preços de etanol ou contratos futuros de etanol hidratado na bolsa de mercadorias futuras da B3. A exposição líquida desses instrumentos está divulgada na nota explicativa nº 30.1(e). Conforme Política sobre Riscos Financeiros e Econômicos, a administração da Companhia está autorizada a contratar operações de fixação de preço lastreadas sem limitação sobre a sua produção da safra, atual e futura, desde que previamente aprovadas pela Administração. Em 31 de março de 2025, a Companhia não possui contratos em aberto de futuros e *swap*, bem como não possui resultado represado no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial. Em 31 de março de 2024, a Companhia possuía contratos em aberto dessas modalidades, bem como possuía resultado represado no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial, que tem como objeto de *hedge* as vendas esperadas altamente prováveis. ***c. Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:*** A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas, sendo que parte substancial da alavancagem teve sua atualização monetária e indexação, quando aplicável, fixadas em razão da PRJ (Nota explicativa nº 16). No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural de parte importante do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, e que as dívidas vinculadas ao PRJ também têm indexações pós fixadas (principalmente CDI). Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados, se necessário, através das aplicações financeiras *offshore* e pelas receitas de exportações, estando também a Companhia, conforme anteriormente comentado, apta a contratar NDFs ou contratos de *swaps*. A Companhia iniciou a contratação desses instrumentos financeiros a partir do mês de junho de 2023. ***d. Análise de sensibilidade dos riscos de mercado:*** Para a análise de sensibilidade do exercício social findo em 31 de março de 2025, a Companhia considerou no cenário provável as taxas de juros projetadas dos próximos 12 meses para sensibilidade de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, conforme taxas abaixo (fonte Boletim Focus) e as projeções de dólar americano para 31 de março de 2025 para sensibilidade dos saldos em moeda estrangeira. Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, é apresentada uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário atual corresponde a condição de estabilidade nas taxas de juros, sem variação. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas projeções do dólar americano e nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras com variação de 5% nas taxas. O Cenário 2 corresponde ao cenário considerado possível, com a alteração de 15% nas taxas. O Cenário 3 corresponde ao cenário remoto, com a alteração de 25% nas taxas. Os efeitos são apresentados em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir: O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças dos fatores de risco de câmbio.

Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*:

					Apreciação do fator de risco			Depreciação do fator de risco		
	Fator de risco	Exposição	Cenário atual		Cenário 1 provável 5%	Cenário 2 possível 15%	Cenário 3 remoto 25%	Cenário 1 provável -5%	Cenário 2 possível -15%	Cenário 3 remoto -25%
Instrumento		Valor	Taxa	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	US$	57	6,0000	3	3	3	4	(3)	(3)	(4)
Caixa e equivalentes de caixa (margem de garantia)	US$	1.569	6,0000	70	74	81	88	(74)	(81)	(88)
Empréstimos e financiamentos	US$	(1.101.246)	6,0000	(49.441)	(51.913)	(56.857)	(61.801)	51.913	56.857	61.801
Impacto adicional no resultado e no patrimônio (variação)				(49.368)	(51.836)	(56.773)	(61.709)	51.836	56.773	61.709
					(2.468)	(7.405)	(12.341)	2.468	7.405	12.341

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças das taxas de juros:

					Apreciação do fator de risco			Depreciação do fator de risco		
	Fator de risco	Exposição	Cenário atual		Cenário 1 provável 5%	Cenário 2 possível 15%	Cenário 3 remoto 25%	Cenário 1 provável -5%	Cenário 2 possível -15%	Cenário 3 remoto -25%
Instrumento		Valor	%	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Aplicações financeiras - Nota 5(a)	100% CDI	15.377	12,50%	1.922	2.018	2.210	2.403	(2.018)	(2.210)	(2.403)
Aplicações financeiras - Nota 5(b)	100% CDI	40.811	12,50%	5.102	5.357	5.867	6.378	(5.357)	(5.867)	(6.378)
Empréstimos e financiamentos	100% CDI	(1.361.794)	12,50%	(170.224)	(178.735)	(195.758)	(212.780)	178.735	195.758	212.780
Resultado financeiro líquido (estimado)				(163.200)	(171.360)	(187.681)	(203.999)	171.360	187.681	203.999
Impacto adicional no resultado e no patrimônio (variação)					(8.160)	(24.481)	(40.799)	8.160	24.481	40.799

e. Instrumentos financeiros e Hedge accounting: A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Como objeto de *hedge* foram consideradas as vendas esperadas altamente prováveis (vendas futuras), e como instrumento os pagamentos esperados das dívidas em moeda estrangeira (indexadas ao dólar americano). Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que as designações para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz. Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange* (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes. Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), *Swaps* e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e dentro dos critérios de Gestão de Risco mencionados no item 30.2. Nas demonstrações financeiras atuais e em 31 de março de 2025 e 2024, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

	Valor/volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (nocional) R$	2025 Valor justo (*Fair value*) R$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem (i)				4.755
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				4.755

	Valor/volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (nocional) R$	2024 Valor justo (*Fair value*) R$
No ativo circulante - Ganho				
Depósito de margem (i)				111.212
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
- Compromissos de compra	55.070	19,86	119.017	14.124
- Compromissos de venda	187.410	23,07	471.433	16.080
Contratos futuros de mercadoria - Etanol - Bolsa				
- Compromissos de venda	3.150	2.539,62	7.451	25
Sub-total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante - Ganho				30.229
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				141.441
No passivo circulante - Perda				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
- Compromissos de venda	113.086	20,94	252.003	13.468
Contratos futuros de mercadoria - Etanol - Bolsa				
- Compromissos de venda	30.030	2.320,81	66.639	2.656
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				16.124

(i) O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro. Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades. A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

	2025			2024			
	Ativo	Passivo	Total em outros resultados abrangentes	Ativo	Passivo	Total em outros resultados abrangentes	Total reconhecido no resultado do exercício
Instrumentos financeiros:							
Derivativos de mercadorias - NDF/*Swap*	–	–	–	30.229	13.468	25	16.736
Derivativos de câmbio - NDF/*Swap*	–	–	–	–	2.656	(2.656)	–
	–	–	–	**30.229**	**16.124**	**(2.631)**	**16.736**
Tributos diferidos sobre os itens acima	–	–	–	(10.278)	–	(9)	(10.269)
	–	–	–	**19.951**	**16.124**	**(2.640)**	**6.467**

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o exercício:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(2.640)	–
Movimentações ocorridas no exercício:		
Designação como *hedge accounting*		
- Valor justo de futuros de *commodities*	(25)	25
- Valor justo de futuros de câmbio	2.656	(2.656)
	2.631	(2.631)
Realizações e baixas de resultados de *commodities* e câmbio		
- Resultado financeiro líquido	–	–
Total das movimentações ocorridas no exercício (antes dos tributos diferidos)	2.631	(2.631)
Efeito dos tributos diferidos nos ajustes de avaliação patrimonial (i)	9	(9)
Saldo no final do exercício	–	(2.640)

(i) A Companhia não reconhece impostos diferidos ativos sobre o *hedge accounting* por não terem histórico de lucros tributáveis futuros. **30.2 Risco de crédito:** A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

	2025	2024
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	3.844	1.475
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	77.954	119.099
Caixa e equivalente de caixa (margem de garantia)	4.755	111.212
Aplicações financeiras	40.811	10.565
Instrumentos financeiros derivativos	–	30.229
Contas a receber de clientes	48.005	25.588
	175.369	298.168

Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado. **30.3 Risco de liquidez:** O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo. O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreados em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado. Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

		Fluxo contratual			
Em 31 de março de 2025	**Valor contábil**	**Total**	**Menos de um ano**	**Entre um e três anos**	**Acima de três anos**
Fornecedores	94.433	94.433	94.433	–	–
Empréstimos e financiamentos	1.235.276	1.337.655	1.492	90.714	1.245.449
Passivos de arrendamento	435.864	643.094	120.777	217.164	305.153
Partes relacionadas	2.691	2.691	2.691	–	–
Adiantamentos de clientes	4.423	4.423	4.423	–	–
Outros débitos	355	355	355	–	–
	1.773.042	**2.082.651**	**224.171**	**307.878**	**1.550.602**
Em 31 de março de 2024 (Reapresentado)					
Fornecedores	81.710	81.710	81.710	–	–
Empréstimos e financiamentos	190.646	298.797	1.853	13.047	283.897
Passivos de arrendamento	430.240	609.287	116.335	296.112	196.840
Instrumentos financeiros derivativos	16.124	16.124	16.124	–	–
Partes relacionadas	6.111	6.111	6.111	–	–
Adiantamentos de clientes	3.128	3.128	3.128	–	–
Outros débitos	376	376	376	–	–
	728.335	**1.015.533**	**225.637**	**309.159**	**480.737**

30.4 Gestão de capital: O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir o crescimento contínuo do negócio balizado em uma estrutura adequada de capital, tendo como política o acompanhamento do índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A Companhia monitora o seu capital, por meio de uma gestão combinada da tesouraria de seus negócios, usando um índice de alavancagem *(leverage),* representado pelo capital de terceiros dividido pelo capital próprio. O capital de terceiros, que compreende a dívida líquida *(net debt)* da Companhia, é calculado considerando o total dos empréstimos e financiamentos com o mercado (líquidos de custo de transação), reduzido de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações e títulos mantidos como garantia para itens de endividamento e dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção do endividamento. O capital não é administrado no nível individual da Companhia, somente no nível do Grupo Atvos. **30.5 Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros:** ***a. Classificação:*** A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Classificação	2025	2024
Ativos financeiros			
Caixa e equivalente de caixa (caixa e bancos)	Custo amortizado	3.844	1.475
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio do resultado	77.954	119.099
Caixa e equivalente de caixa (margem de garantia)	Valor justo por meio do resultado	4.755	111.212
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	40.811	10.565
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo instrumento de *hedge*	–	30.229
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	48.005	25.588
Depósitos judiciais	Custo amortizado	3.539	2.808
Partes relacionadas	Custo amortizado	5.714	39.485
Outros créditos, exceto pagamentos antecipados	Custo amortizado	6.389	3.201
Total dos ativos		191.011	343.662
Passivos financeiros			(Reapresentado)
Fornecedores	Outros passivos financeiros	94.433	81.710
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	1.235.276	190.646
Passivos de arrendamento	Outros passivos financeiros	435.864	430.240
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo instrumento de *hedge*	–	16.124
Partes relacionadas	Outros passivos financeiros	2.691	6.111
Adiantamentos de clientes	Outros passivos financeiros	4.423	3.128
Outros débitos	Outros passivos financeiros	355	376
Total dos passivos		1.773.042	728.335

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. ***b. Valor justo:*** A tabela a seguir apresenta os níveis na hierarquia do valor justo dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo. O contas a receber de clientes e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como mantidos para venda, não estão incluídos na tabela abaixo, uma vez que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	2025			2024		
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa (aplicações financeiras)	–	77.954	–	–	119.099	–
Caixa e equivalente de caixa (margem de garantia)	–	4.755	–	–	111.212	–
Aplicações financeiras	–	40.811	–	–	10.565	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	–	30.229
	–	123.520	–	–	240.876	30.229
					(Reapresentado)	
Passivo						
Empréstimos e financiamentos (i)	–	1.198.680	–		197.696	
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	–	16.124
	–	1.198.680	–	–	197.696	16.124

(i) O valor justo dos empréstimos classificados no circulante se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa efetiva de cada operação contratada e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo. Nas demonstrações financeiras atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3. *Mensuração do valor justo:* O valor justo de ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes que desejam negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os mét